



POLÍTICA PÚBLICA: ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL NA REDE MUNICIPAL

Francinéria Bezerra de Queiroz Henrique¹

RESUMO

Este estudo apresenta a possibilidade de articulação entre a educação fundamental e a jornada ampliada e diversificada do Programa Mais Educação instituído no Brasil em escala nacional em 2008, estratégia do Ministério da Educação (MEC) para a implementação da Educação Integral no Brasil. Faz um resgate histórico dos debates e das políticas da escola de turno integral no país, mostrando que a temática vem se consolidando. Apresenta o debate sobre políticas culturais, a partir da garantia dos direitos culturais. Defende que as áreas da educação e da cultura precisam interagir mais, com a escola sendo espaço fundamental para a democratização da cultura. Estuda o exemplo da Escola Municipal de Ensino Fundamental Augusto dos Anjos de João Pessoa, e sua experiência de articular as duas propostas no planejamento do Programa Mais Educação. A Escola planeja e vivencia processos de aprendizagens cognitivas e lúdicas adequadas às necessidades e interesses dos docentes e discentes à realidade local e aos saberes das iniciativas artísticas e culturais da comunidade.

Palavras-chave: educação integral, programa mais educação, políticas culturais acesso à cultura

INTRODUÇÃO

A temática Escola de Tempo Integral não se constitui um campo novo de estudo. Muitos educadores e pesquisadores têm discutido e escrito sobre este tema, tais como Cavaliere (2007), Coelho (2002a, 2002b, 2009), Brandão (2009), Bomeny (2009), Maurício (2009), Guará (2009), dentre outros. Citado por Eugenio et al., 2010. Atualmente, no Brasil, têm sido desenvolvidas algumas experiências de Escola de Tempo Integral, tanto em nível estadual (São Paulo, Santa Catarina), como municipal (Curitiba-PR, Goianésia-GO, Vitória da Conquista-BA, Apucarana-PR) e em agora João Pessoa.

O Programa Mais Educação/Educação Integral, realizado pela Prefeitura Municipal de João Pessoa (PMJP) através da Secretaria de Educação e Cultura (Sedec), tem desenvolvido atividades complementares em

¹ Doutoranda em Teologia na Yve Enber University



92 escolas da rede municipal de ensino. Destas unidades de ensino, 12 delas são em tempo integral, distribuídas nos bairros da capital paraibana, ampliando a jornada escolar para 7 horas diárias ou 35 horas semanais. Entre elas a Escola Municipal Augusto dos Anjos localizada na cidade de João Pessoa, Paraíba na qual trabalho. Com isso surgiu o desejo de pesquisar, estudar e pensar sobre educação academicamente surge em um momento específico com o trabalho desenvolvido no Programa Mais Educação, em João Pessoa. A vontade de fazer mestrado existia basicamente para ter uma ascensão profissional, mas com o início do trabalho o tema política pública veio a calhar pois já venho observando e vivenciando a escola de tempo integral, o momento de realizar o mestrado, pois o cerne da pesquisa apareceu, na prática, em uma proposta de Educação Integral para as escolas públicas brasileiras, com o convívio dos estudantes, dos monitores, do cotidiano escolar.

Segundo (Eugenio 2010) muito são as discussões no Brasil em relação às políticas públicas de educação. Entre estas discussões está a de que o tempo dedicado à educação escolar deve ser aumentado para dar conta da formação dos alunos. Deste modo, não há outro jeito, esta pesquisa terá o sabor da dedicação e da crença de que a educação é fator possível de mudança da realidade de milhões de crianças e adolescentes espalhados pelo Brasil, especialmente em João Pessoa Estou vivendo esta experiência na escola na qual trabalho pois nela funciona o ensino fundamental II e o programa mais educação no mesmo horário , a comunidade em que a escola está inserida os estudantes tem dificuldades de aprendizagem e de baixa estima, com problemas sérios na inserção da vida social .Comecei a pesquisar e estudar as leis que regem o Programa, e descobri que ele desenvolve com as temáticas que me eram tão relevantes, uma nova escola, através da relação com a comunidade, com o acesso à cultura , a partir de conceitos de Cidade Educadora; a possibilidade de me envolver com oficinas culturais no turno integral da escola, propiciando aos alunos trabalhar com outro currículo além do tradicional da escola , o espaço escolar tornou-se também local de Pintura, Dança, Teatro, Judô, Violão, Rádio Escola e Bijuteria.



A vontade dos docentes é de promover a interdisciplinaridade e fazer uma escola atrativa para todos, tendo um espaço físico e materiais apropriados na escola, para que os alunos possam ser protagonistas de fato nos projetos. A importância de pesquisar e vivenciar in loco e acompanhar uma parte o processo nacional de educação integral através do Mais Educação, e ver que as escolas do Brasil estão com uma caminhada muito interessante com a temática da escola de tempo integral. Deste modo, a proposta da escola onde atuo é marcante na jornada nacional do *Mais Educação*. Com esta pesquisa, quero fundir a vivência de professora com a de pesquisadora, podendo articular as duas grades curriculares a partir de um olhar sobre o meu trabalho no cotidiano. Acredito que possa ser também uma experiência de leitura na qual encontremos novos caminhos possíveis para a educação. Com um trabalho possível de ser guiado pelos estatutos e a experiência em sala de aula, tenho observado a mudança na vida dos estudantes, de forma positiva, influenciada pelo acesso à cultura promovida pelo Mais Educação.

O PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO: características de uma política educacional

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira declara que uma escola competente é aquela que promove o conhecimento das várias linguagens que norteiam a era da informação. É uma escola que se interessa por formar pessoas que compreendam e dominem os sistemas de produção de informações e, conseqüentemente, estejam melhores preparadas para atuarem de forma mais responsável na vida da sociedade.

Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais: “Isso requer que a escola seja um espaço de formação e informação, em que a aprendizagem de conteúdos deve necessariamente favorecer a inserção do estudante no dia-a-dia nas questões sociais marcantes e um universo cultural maior. A formação escolar deve propiciar o desenvolvimento de capacidades, de modo a favorecer a compreensão e a intervenção nos fenômenos culturais e sociais, assim como



possibilitar aos estudantes usufruir as manifestações culturais nacionais e universais”. (PCN, 2001, p.45).

Nesse contexto os corpos docente e discente passam da condição de consumidores, para a categoria de produtores do conhecimento.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – Lei no 9.394/96 prevê, nos artigos 34 e 87, a ampliação progressiva da jornada escolar para o tempo integral, a critério dos estabelecimentos de ensino. Em janeiro de 2001, a Lei no 10.172 institui o Plano Nacional de Educação (PNE), que igualmente reforça a possibilidade de Educação Integral. Na sua meta, propõe-se a ampliação da jornada escolar para – no mínimo – sete horas diárias, com ênfase nas camadas mais necessitadas da população. Em abril de 2007, o Ministério da Educação lança o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), que contém ações para a educação brasileira. A partir dele, a proposta de educação integral vai ganhando força e fôlego. O Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação (FUNDEB), por exemplo, associa valores maiores na distribuição de recursos, levando em consideração a implementação da educação em tempo integral.

O Programa Mais Educação nasce com o objetivo da implementação das ações de tempo integral que compõe o PDE. Ele é instituído pela portaria Normativa Interministerial no 17/07, com o objetivo de “fomentar a Educação Integral das crianças, adolescentes e jovens, por meio de atividades sócio-educativas, no contra -turno escolar, articuladas ao projeto de ensino desenvolvido pela escola” (BRASIL, 2009a, p. 24).

É importante ressaltar que consta na proposta do Plano Nacional de Educação (Projeto de Lei 8085/10 – em tramitação na Câmara dos Deputados) uma meta específica para a educação integral tendo como meta oferecer educação em tempo integral em 50% das escolas públicas de educação básica..Com algumas estratégias: estender progressivamente o alcance do programa nacional de ampliação da jornada escolar, mediante oferta de educação básica pública em tempo integral, por meio de atividades de



acompanhamento pedagógico e interdisciplinares, de forma que o tempo de permanência de crianças, adolescentes e jovens na escola ou sob sua responsabilidade passe a ser igual ou superior a sete horas diárias durante todo o ano letivo, buscando atender a pelo menos metade dos alunos matriculados nas escolas contempladas pelo programa.

Institucionalizar e manter, em regime de colaboração, programa nacional de ampliação e reestruturação das escolas públicas por meio da instalação de quadras poliesportivas, laboratórios, bibliotecas, auditórios, cozinhas, refeitórios, banheiros e outros equipamentos, bem como de produção de material didático e de formação de recursos humanos para a educação em tempo integral. Fomentar a articulação da escola com os diferentes espaços educativos e equipamentos públicos como centros comunitários, bibliotecas, praças, parques, museus, teatros e cinema. Estimular a oferta de atividades voltadas à ampliação da jornada escolar de estudantes matriculados nas escolas da rede pública de educação básica por parte das entidades privadas de serviço social vinculadas ao sistema sindical de forma concomitante e em articulação com a rede pública de ensino. Orientar, na forma do art. 13, § 1º, I, da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, a aplicação em gratuidade em atividades de ampliação da jornada escolar de estudantes matriculados nas escolas da rede pública de educação básica de forma concomitante e em articulação com a rede pública de ensino. Atender as escolas do campo na oferta de educação em tempo integral considerando as peculiaridades locais (BRASIL, 2010).

O Programa Mais Educação é uma estratégia para alcançar esta meta. Na Escola Municipal de Ensino Fundamental Augusto dos Anjos enquanto pública e democrática vem buscando de modo efetivo colaborar para a formação de cidadãos plenos e que atendam as necessidades impostas por uma sociedade globalizada, procurando oferecer um ensino de qualidade, combatendo a evasão e a repetência garantindo assim, a permanência de todos através de socialização/apropriação do conhecimento e habilidades e



competências significativas, para que os sujeitos possam ser atuantes, protagonistas e determinantes no processo de transformação social.

De acordo com Cavaliere (2007), os estudos realizados ao longo da última década têm identificado ao menos quatro concepções de escola de tempo integral: a visão assistencialista, a concepção autoritária, a concepção democrática e uma concepção multissetorial de educação integral. Ainda de acordo com a autora, a ampliação do tempo diário do aluno na escola pode ser compreendida com uma forma de melhorar o rendimento escolar, como uma adequação da rotina urbana contemporânea, em que a escola serve para atender a esta demanda, ou como uma nova concepção de educação escolar, em que a escola desempenhe o papel de formação na vida dos indivíduos. Sendo assim uma ferramenta importantíssima no desenvolvimento social e intelectual dos estudantes advindos deste sistema.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um dos maiores problemas do Brasil é conseguir galgar uma educação pública de qualidade, pois a realidade na sala de aula é “dura”, com muita defasagem, repetência e reprovação. Para tentar resolver alguns desses problemas foi criado o programa de escola integral defendida por alguns educadores como Paulo Freire e Anísio Teixeira. O Programa Mais Educação surgiu com o propósito de diminuir ou acabar com esses problemas, incluindo os estudantes desestimulados, através de uma proposta educacional diferenciada e da ampliação da jornada escolar, o programa oferece aos estudantes a inserção educacional e social. A implantação deste programa nas escolas públicas gera alguns problemas quanto ao espaço físico e adequação dos profissionais qualificados para serem monitores, por ser também um programa nacional requer ajustes para cada realidade.



REFERENCIAS

BRASIL. **Lei no 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

_____. **Lei nº 9.608**, de 18 de fevereiro de 1998. Regulamenta o trabalho voluntário no país. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, fev. 1998.

_____. Ministério da Educação. **Educação Integral: texto referência para o debate nacional**. MEC, Brasília. (Série Mais Educação). , 2009a.

_____. Ministério da Educação. **Gestão intersetorial do território**. MEC, Brasília, (Série Mais Educação). 2009b.

_____. Ministério da Educação. **Manual de educação integral para obtenção de apoio financeiro por meio do Programa Dinheiro Direto na escola – PDDE**. Brasília, 2008.

_____. Ministério da Educação. **Programa Mais Educação passo a passo**. Brasília, 2009c.

_____. Ministério da Educação. **Rede de saberes Mais Educação: pressupostos para projetos pedagógicos de educação integral**. MEC, Brasília, 2009d.

_____. **Plano Nacional de Educação 2011-2020**. Projeto de Lei 8085/10 – em tramitação na Câmara dos Deputados, 2010.

FREIRE, Paulo. Ação cultural para a liberdade e outros escritos. Rio de Janeiro, **Paz e Terra**, 14a edição. 2011.

SÉRIE MAIS EDUCAÇÃO. Texto Referência para Debate Nacional. **Ministério da Educação**, Brasília, 2009.

BENEDITO G. EUGÊNIO. IRAILDE DE O. XAVIER. P o i é s i s – **Revista do programa de pós-graduação em educação** – mestrado – Universidade do Sul de Santa Catarina. UNISUL, Tubarão, v. 3, n. 5, p. 56 – 70, Jan./Jun. 2010.

CAVALIERE, ANA MARIA. Tempo de Escola e qualidade na educação pública. **Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 28, n. 100 – Especial, p. 1015-1035, out. 2007.

PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS= **Brasil: PCN, volume 1** pagina 45, Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.